

AJ11-422 Igreja de Castelo, debate nacional

Conselho Estadual de Cultura busca apoio, em Fórum Nacional, contra decreto que anulou o tombamento da Igreja de Castelo

JOSÉ CARLOS MATTEDI

A igreja de Castelo continua sendo motivo de discórdia. Lembra daquela história do piso – tira, não tira – que dividiu a cidade? Pois é, a novela ainda não acabou, apesar do piso original ter sido trocado por granito em março, a mando do pároco local Egisto Cancian. A “oposição”, entretanto, que quer o tombamento e restauração do imóvel, não baixou armas. Leva a questão para o Fórum Nacional de Conselhos de Cultura, que acontece dia 27, em Porto Alegre. “Nos foi concedido espaço para colocar a situação da igreja. Vamos buscar apoio para trazer um documento oficial contrário ao decreto da Assembléia Legislativa”, diz Beatriz Abaurre, presidente do Conselho Estadual de Cultura.

Assembléia? Mais uma vez andam misturando cultura, política e religião – uma salada, às vezes, indigesta. Recapitulando: no início de 1997, Frei Egisto avisou em sermão a remoção do piso e veio o racha – alguns fiéis gostaram da idéia; outros não aceitaram, preferindo a restauração. Começou então o bate-boca entre os dois lados, que culminou com um processo de tombamento da igreja pelo Conselho Estadual de Cultura e uma ação judicial para embargar possíveis obras no local (medidas tomadas pela turma do “não”). Mas nada disso fez o frei recuar: em março, o piso (ladriho hidráulico) começou a ser trocado por granito.

TOMBAMENTO – Só que, segundo Beatriz Abaurre, como a igreja estava em processo de tombamento (que ocorreu com a publicação no Diário Oficial, de 29 de abril), as obras não podiam ser realizadas. Foi aí que entrou a AL, que anulou o tombamento com decreto em 26 de maio. “A discussão que era técnica, passou a ter um caráter político e eleitoreiro por parte de alguns



Luiz Pajáú

DISCÓRDIA

Construída a partir de 1954, a igreja-matriz Nossa Senhora da Penha divide a comunidade de Castelo há mais de um ano, por causa da troca do piso

CRONOLOGIA

1997

Janeiro – Padre Egisto Cancian fala da troca do piso da igreja de Castelo. Fiéis ficam divididos. O grupo do “não” se rebela;

Fevereiro – Em cinco liturgias, os fiéis votam. Vence o “sim”. O grupo rival diz que houve fraude na contagem. Frei acusa estes de “não-cristãos”;

Abril – Aprovado acordo para estudos quanto à restauração do prédio;

Junho – Restauradores realizam estudos na igreja;

Julho – Comissão Pró-Restauração encaminha projeto ao Mecenato, em Brasília, solicitando recursos para obras de restauração;

Agosto – A oposição prepara abaixo-assinado. Egisto diz que os assinantes são alunos do primário;

Setembro – É dissolvido o Conselho Administrativo da Paróquia que contava com membros da “oposição”;

Dezembro – Projeto de restauração é entregue ao Bispo Diocesano de Cachoeiro de Itapemirim.

1998

Fevereiro – A Comissão Pró-Restauração dá entrada no Conselho Estadual de Cultura com pedido de tombamento da igreja; o CEC avisa ao pároco sobre o andamento do processo; a Comissão entra com uma Ação Civil Pública com pedido de liminar para embargo da obra; obras são paralisadas por medida judicial;

Março – Manifestantes tentam impedir retirada do piso, mas são afastados do local pela Polícia. Início da remoção do piso; as obras são paralisadas por medida judicial; Bispo de Cachoeiro, em represália, manda fechar a igreja;

Abril – Publicado no Diário Oficial o tombamento da igreja através da resolução nº 02/98 do Conselho Estadual de Cultura;

Mai – Assembléia Legislativa vota, em regime de urgência, decreto legislativo sustando os efeitos da resolução 02/98 do Conselho Estadual de Cultura;

Junho – Ministérios Públicos Federal e Estadual sustentam a inconstitucionalidade do decreto da Assembléia Legislativa e solicitam junto ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo a sua descon sideração;

Julho – Conselho Estadual de Cultura é convidado para o Fórum Nacional dos Conselhos de Cultura, em Porto Alegre, para expor os problemas do tombamento da igreja-matriz de Castelo.

de e eleitoreiro por parte de alguns deputados”, ressalta Marta Perim, da Comissão Pró-Restauração da Igreja. O Ministério Público Federal entrou no caso. O parecer nº 2295/98, assinado pelo procurador da República Elton Ghersel, manifestou a inconstitucionalidade do decreto legislativo afirmando que este “tem por objetivo único de obstaculizar um processo de tombamento específico e que não apresenta qualquer irregularidade ou ilegalidade”.

Sobre sua ida ao Fórum Nacional, Beatriz argumenta que busca apoio à respeitabilidade do Conselho, “que em momento algum extrapolou suas atribuições legais contidas em decreto lei, este promulgado pela própria AL”. E enfatiza: “A medida da Assembléia foi um fato inédito na história do ES e talvez do Brasil”. Finalizando, Beatriz explica que a “briga” do CEC é para que o ato de tombamento seja respeitado, mesmo já tendo ocorrido a destruição do piso original. “Cabe a justiça do Espírito Santo julgar”, sublinha. Em caso de anulação do decreto legislativo, diz ela, a Comissão vai cuidar da restauração da igreja, inclusive com a volta do ladrilho hidráulico.

‘MOTIVAÇÕES’ – No decreto nº 087/98, a AL usa de nove “motivações” para sustar a resolução de tombamento da igreja de Castelo pelo CEC. Entre outros pontos, justifica: “O caráter político da resolução, em detrimento da viabilidade técnica”; “medida mais política que técnica porque o CEC não observou os trâmites exigidos pela legislação”; “a resolução pecou pela pressa, demonstrando que a intenção era a de agradar uma minoria”; “a origem da construção da igreja não foi pesquisada, uma vez que é uma igreja comum”; “a troca do piso não agride a estética física da igreja”.

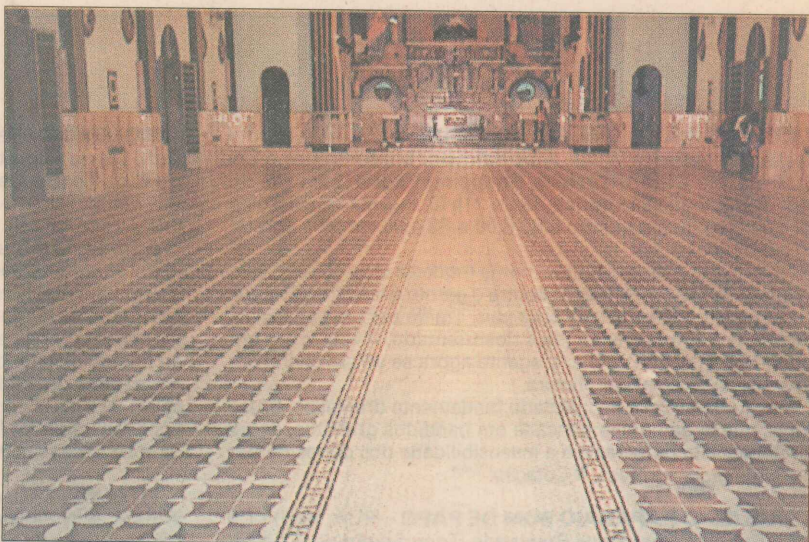
Beatriz rebate estas justificativas, afirmando: “Os membros do CEC não são políticos profissionais, mas cidadãos do meio artístico e intelectual motivados pela preservação da cultura”; “o Conselho jamais atua com fins eleitorais e politiquieiros”; “não houve pressa, e sim urgência na decisão pois havia risco de descaracterização do bem histórico, o que acabou ocorrendo”; “a pesquisa sobre a origem da igreja foi realizada e colocada pela Câmara de Patrimônio Histórico do CEC”; “o piso em ladrilho integra as características estéticas e construtivas da igreja”.



NOVO

O granito escuro, preferido pelo pároco local, não agradou a todos

Divulgação



ORIGINAL

O ladrilho hidráulico, removido em março, foi o estopim para a crise

Divulgação



LUTA

Marta Perim e Beatriz Abaurre: em favor do tombamento e da restauração

Nestor Muller